



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM
ISSN: 2238-6424
QUALIS/CAPES – LATINDEX
Nº. 15 – Ano VIII – 05/2019
<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

A permanência de jovens do campo em áreas de assentamento: Um olhar sobre o Assentamento Antônio Conselheiro – Tangará da Serra/MT

Eduarda Carvalho Camargo
Discente do Programa de Especialização em Educação Ambiental Campesina
E-mail: ec.camarg@gmail.com

Prof.^a Dr.^a Giseli Dalla-Nora
Doutora em Educação
Docente do Departamento de Geografia
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT/MT – Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3962327129528553>
E-mail: giseli.nora@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar um ensaio sobre a saída, a permanência dos jovens camponeses em áreas de assentamento, a perpetuação da cultura camponesa, a agricultura familiar. Como metodologia utiliza-se a pesquisa qualitativa, com entrevistas de jovens residentes no assentamento Antônio Conselheiro no município de Tangará da Serra/MT. Percebe-se que faltam incentivo e formação para a agricultura camponesa dos jovens do campo, isso tem provocado o exodo destes para fazendas vizinhas e cidades circunvizinhas. Também retrataremos a falta de formação que fortaleça a agricultura, ou seja, as escolas do campo deveriam apresentar um currículo específico ao que se propõe, pois estamos falando de identidade que poderia ser fortalecida através de práticas. Isto não tem ocorrido na maioria das escolas de assentamento – que obedecem um currículo geral organizado pelas secretarias de educação do estado e município. Outro aspecto que tem deixado muito a desejar é a equipe pedagógica que não tem vínculo e formação que venha fortalecer a identidade e agricultura camponesa. Vimos que os sonhos da juventude do campo não estão sendo vistos com olhos diferenciados dos sonhos dos jovens da zona urbana. Isto impede que criem raízes na sua cultura, que muitas vezes é desprestigiada. A pesquisa mostra que a permanência dos jovens no campo está ligada diretamente à família, aos laços comunitários, bem como à questão da

tranquilidade/segurança do viver. Já quando perguntados sobre como evitar o êxodo dos jovens as repostas estão ligadas a necessidade de aumentar as oportunidades de lazer, estudo, trabalho entre outros como acesso à informação e o acesso às tecnologias e redes sociais. Mostra também que a saída desses povos tem provocado a perda da identidade e contribuído diretamente para o enfraquecimento da agricultura camponesa, as relações saudáveis com a natureza, também a conservação de plantas nativas, sementes crioulas, diversidades de produções, bem como na produção de alimentos saudáveis, ou seja, alimentos orgânicos/soberania alimentar.

Palavras-chave: Permanência dos jovens no campo. Sustentabilidade.

Cenários Iniciais

Iniciaremos este trabalho relatando sobre fatos ocorridos a partir do século XX. Os agricultores camponeses produziam e ainda conseguiam comercializar seus produtos que eram entregues aos armazéns e assim revendidos para as comunidades vizinhas. Estes não trabalhavam com plantio de monocultura, mas com variedades de sementes, eram eles que manuseavam e preparavam as sementes para o plantio.

Com o surgimento do agronegócio, os latifundiários começaram a produzir em grande escala – desta forma enfraquecendo o agricultor camponês. Salienta-se que produziam somente um tipo de alimento, como por exemplo: a soja, a cana, o algodão, o milho, a batata, entre outras. Dificultando a permanência dos pequenos agricultores no campo, pois estes alimentos eram entregues por um preço barato no comércio local e internacional.

Assim, como a produção de alimentos foi prejudicada nos anos 1980, hoje observamos isso com a produção do leite e da carne. Tanto a pecuária quanto a avicultura são alvos do agronegócio. A maior produção de leite hoje é do pequeno agricultor, mas não é ele quem industrializa e comercializa, este fator vem trazendo prejuízos econômicos e influenciando negativamente e diretamente a sustentabilidade do produtor camponês, em contrapartida supervalorizando a produção do agronegócio.

Percebemos que os municípios e os estados – o país em geral – não possibilitam a fixação dos povos do campo nas terras destinadas à reforma agrária, e estes perdem a identidade e, por falta de uma vida com dignidade para que os mesmos permaneçam no campo, ocorre o êxodo rural – onde estes procuram em

outro espaço viver de maneira mais humana, conseguindo sustentar suas famílias e garantir educação, saúde e outras necessidades para a sobrevivência.

Frente a tantas dificuldades, os filhos de camponeses acabam desistindo dos seus estudos e vão trabalhar nas grandes fazendas vizinhas de assentamentos e/ou nas cidades e acabam sendo mão de obra barata para os grandes proprietários.

Ressaltamos que o foco deste trabalho será a luta pela permanência na terra e o êxodo do povo camponês. Assim o objetivo desta pesquisa é estudar a permanência de jovens em assentamentos da reforma agrária, analisar a realidade e a vida dos mesmos, as oportunidades, as experiências.

A Luta pela terra e o MST

A questão da terra no Brasil teve início com a chegada dos colonizadores no ano de 1500. Tendo neste período as primeiras vítimas dessa invasão e a ocupação das terras brasileiras, daqueles que aqui viviam – os povos indígenas. Estes povos continuaram sendo vítimas e por séculos foram massacrados.

Os portugueses ocuparam o território brasileiro “somente” com a intenção de extrair todas as riquezas possíveis que aqui existiam, para isso passando por cima de quem estivesse no caminho. Isso não mudou muito, essa história ainda continua em se tratando de questões de terra no Brasil, com a mesma lógica, claro que em períodos diferentes, e atualmente com acentuação do agronegócio.

Sabemos que a terra no Brasil sempre esteve concentrada nas mãos de poucos e determinada pelos interesses econômicos e políticos da classe dominante.

Vale dizer, por exemplo, que, na época do Brasil colônia, a ocupação do nosso território ocorria da seguinte forma: eram doadas pelo rei de Portugal “as sesmarias”, grandes quantidades de terra. Estas terras eram destinadas às pessoas de sua inteira confiança, dessa forma, surgindo os primeiros latifúndios. Os mesmos, para explorarem as riquezas da terra, escravizavam os povos, tais como: os indígenas e os povos africanos que eram trazidos pelo tráfico negreiro e também os imigrantes que aqui chegaram em busca de trabalho.

A concentração de terra permaneceu durante todo período colonial e era um problema grande. José Bonifácio, antes da independência, apresentou propostas de uma redistribuição de terras improdutivas, porque atrapalhava o desenvolvimento

econômico na época. Surge em tão a Lei Nº 601, já durante o império. Essa lei ficou conhecida como “Lei de Terras”, acabando com o sistema de posse e determinando que a terra só poderia ser adquirida através da compra, transformando a terra em mercadoria (MORISSAWA, 2001).

Uma das características da lei era elevar o valor das terras, assim obrigando o pagamento à vista. Neste caso, as terras públicas eram destinadas para uma elite social e o dinheiro seria aplicado para vinda dos colonos Europeus; essa lei fortaleceu ainda mais o latifúndio, pois a aquisição dessas terras somente era possível pelas famílias mais poderosas, ou melhor, aquelas que já possuíam latifúndios.

A lei acabou cumprindo dois papéis, ou seja, impediu que os imigrantes europeus adquirissem seu pedaço de chão por meio da compra e que os escravos tivessem alguma alternativa de trabalho “remunerado”. Evidentemente isso só seria possível com uma reforma agrária, como havia acontecido nos países capitalistas no século XIX, com a Revolução Industrial.

Na metade do século XX, a concentração fundiária começa a ser questionada. Este fato se deu após o processo de industrialização. E conseqüentemente tal processo determinou o deslocamento dos trabalhadores para áreas urbanas na busca de trabalho. Assim, a população rural vai para empresas de modernização capitalistas com salários e benefícios, afinal, as empresas capitalistas precisavam de mão de obra barata.

Após a revolução de 1930, na Era Vargas, vários profissionais tiveram suas carteiras assinadas e a garantia de salário mínimo e outros benefícios, mas para os lavradores não houve nenhuma conquista no que diz respeito ao trabalho com/no campo e sofriam cada vez mais com uma grande desigualdade e abandono (MORISSAWA, 2001).

Em 1954 a história começa a tomar rumos diferentes para os trabalhadores camponeses, mesmo período que o partido comunista lançava a campanha Nacional pela Reforma Agrária em Pernambuco. Paralelamente a este acontecimento, uma associação de camponeses, que tinha objetivos de conseguir assistência médica, educacional e entre outras, entra em confronto com os proprietários de terras; essa organização consegue como resultados a desapropriação do Engenho Galileia e

esse movimento fica conhecido como Liga Camponesa. Essa liga juntamente com outros movimentos sindicais se encerra em 1964 com o golpe civil militar.

Em 1975 é criada a CPT (Comissão Pastoral da Terra) que retoma a luta do campo com grande destaque juntamente com as lideranças religiosas da Igreja Católica. No Sul do Brasil, através da ação da CPT, foi criado o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que associou militantes católicos e luteranos e outros movimentos da época. Esses movimentos começam a se articular nacionalmente com outras lutas isoladas no campo. Após a realização de organizações e reuniões regionais, o Encontro Nacional, que hoje é considerado o marco na fundação do MST, acontece em 1984, em Cascavel-PR (MORISSAWA, 2001).

E com todos os povos daquele período desejosos por um pedaço de chão para plantar, o trabalhador fortalecido vai em busca de um espaço para trabalhar. Existem vários assentamentos organizados, com cooperativas em funcionamento e a agricultura familiar em alta, mas também percebemos a falta de estrutura dentro dos assentamentos travancando o desenvolvimento agrário, em especial a agricultura campesina.

Sabe-se que sem a sustentabilidade econômica não há meios para progredirmos e avançarmos na luta por permanência no campo. Verificamos que o campo conta com muitas pessoas de idade avançada com sonho de reacender nas novas gerações o gosto pelo trabalho do camponês, pois, é da terra que sai a maior parte daquilo que consumimos e que garante a nós uma melhor qualidade de vida.

Segundo afirma Mitsue Morissawa:

Nesta história procuramos mostrar que as ações do MST crescem em seu impacto na mesma medida do crescimento da confiança dos sem-terra numa luta organizada e mantida por eles próprios. A presença de quase 12 mil trabalhadores rurais sem terra no 4º congresso em agosto 2000, apesar das recentes medidas do governo tentando desmoralizar e arrefecer o ímpeto do movimento, foi uma prova de sua disposição à resistência (2001, p. 05).

Assim, surge em contrapartida um movimento do governo que começa a posicionar-se contra o MST e apesar de todo este movimento contra, que também conta com apoio das mídias, não conseguem parar os trabalhadores que lutam também por saúde, educação, moradia, luz, dentre outros projetos sociais que não eram estendidos até eles. Mas este movimento contrário provoca um esforço maior

dos trabalhadores em lutar por seus ideais, desta forma ganham força em vários estados brasileiros. Desde então o MST se tornou referência da luta dos trabalhadores rurais, encontrado hoje organizado em vários estados do país, com milhares de famílias assentadas.

Desta maneira sucinta, procuramos “pincelar” parte da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) pela garantia dos direitos dos agricultores do campo na luta pela reforma agrária no país.

O Êxodo da Juventude campesina

O êxodo rural provoca diversos efeitos. A juventude campesina busca nas cidades as oportunidades que não são encontradas no campo, tais como: lazer, se apropriar dos bens tecnológico-científicos, esporte, saúde, enfim, oportunidades para formação profissional em Universidades e conseqüentemente trabalho, o qual lhes dará condições para manterem-se sócios culturalmente no mundo moderno.

Diante do exposto, há outras questões que o campo não proporciona a esses jovens, falta de políticas públicas voltadas para o povo camponês, que garantam seus direitos de frequentar escolas de qualidade no e do campo, trabalho digno com recursos tecnológicos adequados à agricultura, todos esses problemas sociais provocam uma desigualdade/distanciamento entre os jovens do campo e os da cidade.

Mesmo que estes venham para a cidade acabam sendo segregados, pois estão despreparados para encaixar-se nos moldes urbanos, que já contam com muitos outros jovens das periferias com as mesmas características; estes não possuem uma formação específica para atuar no mercado de trabalho e acabam frustrados, sem perspectiva de vida. Segundo Frederico Barbosa:

Os Jovens Brasileiros e as Suas Práticas Culturais: entre universalismo e singularidades, outras instituições de produção e reprodução de valores legítimos (academias, museus, teatros, orquestras de clássicos, bibliotecas etc., além da própria escola) estariam dotados das disposições adequadas para apreciar e praticar a cultura nas suas formas mais legítimas e distintas. Os mais dotados de capital econômico (e menor capital cultural, por exemplo) estabeleceriam relações variadas com os códigos de legitimidade cultural, mantendo com eles distâncias e relações ambíguas, ou seja, de atração e recusa (BARBOSA, 2016, p. 227).

Verifica-se que é um desafio – uma força tarefa fortalecer a cultura campestre e garantir que os filhos dos agricultores tomem esse trabalho como um dos principais meios para garantir a identidade do homem do campo e a sustentabilidade alimentar das famílias do/no campo. Mas como o homem do campo sempre foi marginalizado e motivo de deboche ao longo dos anos, sentem-se inferiorizados e negam sua identidade, migrando para outros lugares e adquirindo novos costumes.

De acordo com o autor, tudo isto vem impedindo os jovens de exercerem a cidadania, de lutar por qualidade de vida campestre, e também estes fatores afetam na decisão de permanecer no campo.

Verificamos também que o capitalismo se apresenta com padrões que visam a renda, a escolaridade e a posição no mercado de trabalho e sabemos que há mão de obra barata e forte neste mercado; e que quanto maior, melhor, para que este mundo exploratório cresça e, junto com este, a desvalorização da juventude popular.

Conclui-se que estes fatos se tornam cada vez mais evidentes, se juntando ao movimento da globalização que nos coloca na contramão do progresso.

Metodologia

Segundo Bogdan e Biklen (1982), a pesquisa qualitativa “envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes”.

Com a metodologia proposta, as respostas não são objetivas, o propósito não é quantidade, mas compreender o comportamento do grupo-alvo – estes são os jovens – estudando as suas particularidades e experiências individuais.

A metodologia se desenvolveu por meio de estudo bibliográfico, pesquisa qualitativa, com visitas de campo, entrevistas, seguindo o roteiro de pesquisa.

Com a pesquisa qualitativa, os entrevistados ficaram mais livres para apontar e relatar os pontos de vista sobre os assuntos que estavam relacionados com o objeto de estudo e com a sua realidade. Identificamos ainda quais são as fases de desenvolvimento das atividades mais recorrentes na vida sociocultural da juventude

da localidade, seus interesses e sua visão de futuro no que se refere ao desenvolvimento estudantil, do trabalho em seus aspectos sociais, econômicos e culturais.

O presente estudo envolveu os jovens pertencentes à comunidade do Assentamento Antônio Conselheiro, em específico a comunidade da escola “Ernesto Che Guevara”. Este se desenvolveu no ambiente onde os jovens estiveram envolvidos em suas diversas atividades e em que se encontram inseridos; de maneira natural tivemos contato direto e indireto com os mesmos.

A pesquisa realizada contou com um número pequeno de entrevistados, com dez jovens pertencentes à comunidade. Assim, a pesquisa trabalhou com a faixa etária dos jovens dos 17 anos aos 20 anos de idade, do campo para a cidade.

Dos entrevistados/as, procuramos fazer uma seleção entre os jovens estudantes e os jovens assentados que já cursaram ou cursam ensino médio ou um curso superior, onde fizeram sua formação, e/ou ainda não tiveram acesso a um dos cursos superiores oferecidos pelas instituições públicas do município, do estado e o porquê de não terem acesso.

A pesquisa abordou assuntos que permitiram entender os motivos pelos quais os jovens permanecem no campo/comunidade, sendo eles: respeito pelas lutas do movimento e pela formação do assentamento, oportunidade de trabalho, qualidade de vida e viver bem, quais oportunidades existentes dentro do assentamento para que os jovens não precisem sair, o papel do MST na formação dos jovens de assentamento.

Área de Estudo

O presente trabalho será realizado no Assentamento Antônio Conselheiro, localizado no município de Tangará da Serra - MT, na comunidade da Escola Estadual “Ernesto Che Guevara”.

Assentamento Antônio Conselheiro foi criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sob a Portaria 109/97 decretada em 12/12/97. O assentamento é composto por novecentos e noventa e nove lotes, onde residem em uma área de 37.258 alqueires. As famílias do Assentamento estão distribuídas em forma de Agrovilas em Raio de Sol. Esta forma de distribuição facilita

e diminui custo na implantação de infraestruturas, como: energia elétrica, estradas, escolas, postos de saúde e até mesmo acesso dos meios de transporte. Possui também três escolas que oferecem desde o ensino Fundamental ao Ensino Médio, sendo elas: Escola Estadual “Ernesto Che Guevara”, Escola Estadual “Marechal Candido Rondon” e Escola Estadual “Paulo Freire”. O Assentamento possui vários rios, O Rio Sepotuba, o Rio Juba e o Rio Tarumã, estes são os principais, com vários pontos turísticos, com cachoeiras; também tem uma hidrelétrica que está em funcionamento no Rio Juba, além destas, várias outras nascentes que fornecem água de boa qualidade.

O Assentamento Antônio Conselheiro no seu total abrange os municípios de Tangará da Serra, Nova Olímpia e Barra do Bugres, os mesmos localizados na região Médio Norte do Estado de Mato Grosso. O município que mais abrange o Assentamento é o Município de Tangará da Serra, tendo uma distância entre o Assentamento e a cidade de 30 km.

Algumas reflexões do caminhar

Relações com a Comunidade

Alguns dos entrevistados nasceram na comunidade, outros vieram ainda na infância, todos são filhos ou netos de agricultores e possuem um apego à terra, à natureza; a vida no campo aparentemente é algo que escolheriam para suas vidas.

Muitos sonham com uma formação voltada para o campo e afirmam que se houvesse formação superior no campo não deixariam a comunidade e se tivessem a estrutura que eles sonham, não sairiam dali.

A relação dos jovens com a comunidade é harmônica, sentem-se à vontade e felizes, mas não realizados. Muitos têm sonhos de uma formação que não está ligada às atividades do campo, há perda da identidade campesina e muitos buscam uma formação profissional onde a atuação se dará na cidade. Por esse motivo sempre houve o êxodo rural e conseqüentemente superlotação de sujeitos na cidade, ocasionando desemprego, analfabetismo, entre outros fatores socioculturais.

A falta de infraestrutura no/do campo para os pequenos produtores tem provocado a saída dos jovens em busca de melhorias na qualidade da vida econômica.

Dentre os entrevistados está a estudante do 1º semestre de Letras pela UNEMAT, A. M. dos S., 19 anos, também funcionária pública do estado de MT, e ela relata: “[...] além da minha família e meus parentes morarem aqui, meu porto seguro é aqui, tenho meu serviço, tempo para estudar, condução para fazer minha faculdade, o lugar é tranquilo, a comunidade tem uma história incrível [...]”. Ela relata reconhecer as riquezas naturais e sua beleza, bem como as dificuldades para a conquista do Assentamento e que mesmo futuramente terá uma ligação forte com o campo. A mesma relata também que ela teve a oportunidade de conseguir um emprego na escola, de conseguir uma vaga na universidade pública, de ir e participar de encontros e conhecer lugares que ela jamais imaginava conhecer, para ela oportunidade é ter uma chance para ser alguém e que existem sim oportunidades na comunidade e que as oportunidades dependem de nós, temos que correr atrás.

Ela cita a importância do MST na formação de jovens no Assentamento e cita que já participou de vários cursos graças ao movimento: “[...] o movimento atualmente é o que mais dá oportunidade e ajuda muito na questão da formação, oferecendo cursos e graduações para os assentados [...]”.

Dos entrevistados, vimos o apego à família, a vontade de retornar, mas as condições para a permanência do jovem no campo são desmotivadoras, pois falta saúde, educação, esporte, lazer, tecnologia, tudo que os jovens veem na cidade falta no campo. Mesmo que estes bens não estejam ao alcance desses sujeitos nas cidades, eles continuam alimentando o sonho da equidade dentro da sociedade.

O que faz permanecer

Alguns dos fatores que os levariam à permanência no campo seriam a família, a vida profissional e a terra. Percebemos que esse apego à família os ligam à vida campesina, porém, poucos deixaram transparecer que trabalhariam na agricultura. Muitos afirmam que amam a comunidade, se houvesse formação na localidade não sairiam do assentamento, também disseram que amam os animais e

gostam da paz do campo. Citaram a importância do MST na formação de jovens do Assentamento, que o mesmo possibilitou para os jovens da comunidade algumas oportunidades e os ajudaram muito na formação, oferecendo cursos e graduação para assentados.

A estudante do 1º ano do ensino Médio I. L. A. S., 15 anos, nascida em Nova Olímpia, mora na comunidade desde os 03 anos de idade, pretende fazer agronomia. A estudante relata ter uma vida calma, ajuda nos serviços domésticos e estuda, sonha em fazer uma faculdade para atuar no campo: “Imagino estar com meus sonhos concluídos, pois meu desejo é fazer uma faculdade voltada para o campo, se a minha família ficar e meus estudos forem tudo bem, permanecerei aqui”.

O estudante do 3º ano do ensino médio, K. S. M., de 17 anos, relata que mora no assentamento há 13 anos, mas sempre viveu no campo, que a vida é tranquila, ajuda a família no trabalho com derivados do leite e na agricultura. O mesmo afirma que ama a comunidade e que se houvesse formação na localidade não sairia do assentamento, que ama os animais e gosta da paz do campo. O que ele mais gosta é de pescar e cuidar dos animais, de esporte, e não gosta de ficar preso em casa. Segundo ele, ter qualidade de vida é poder plantar o próprio alimento e ser feliz. Cabe citar também que “temos vários meios de qualidade de vida, mas o meu ter saúde é o principal, prefiro plantar para comer e ser feliz”.

Assim, afirmaram que a qualidade de vida que encontram no campo não encontraria na cidade e alguns declararam a importância de plantar para comer. Reafirmando o amor por suas famílias, querem ajudá-las de alguma forma e veem na formação profissional um meio pelo qual mudariam o rumo da história dos camponeses, se tivessem oportunidades e acesso a uma educação superior de qualidade oferecida no campo para a permanência deles próximos dos seus.

O estudante do 3º ano do ensino médio, R. F. A., de 17 anos, afirma que a vida no campo é muita boa, é a mesma vida cotidiana que teria da cidade e se imagina com a vida profissional realizada e sonha com a estabilidade financeira. Para ele qualidade de vida é quando a sociedade é igualitária nos direitos à educação, saúde, transporte e moradia.

Futuro na comunidade

A estudante do 3º ano do ensino médio, L.N., 17 anos, discorre que nasceu na comunidade e relata que ajuda no dia a dia a família com as atividades domésticas, estuda e frequenta a igreja: “Eu ajudo minha família nas atividades domésticas, estudo e vou à Igreja”. Afirma que se vê formada em uma área de formação e bem estabelecida: “Me imagino formada, atuando em minha área de formação e bem estabelecida”. Percebemos aqui que a estudante se sente segura quanto às escolhas que dizem respeito à formação escolar, mas não faz nem uma menção de onde exerceria alguma função, dando margem à hipótese que sairá do local de moradia.

Uma porcentagem da juventude, em relatos informais e também formalizados através da entrevista, sonha em ficar no campo, atuar no campo. Essas relações com a terra estão impregnadas na sua ideologia e filosofia de vida, adquiridas através das vivências e, principalmente, é uma herança de seus pais e avós. Relataram reconhecer as riquezas naturais e sua beleza, bem como, as dificuldades para a conquista do Assentamento e que mesmo futuramente terá uma ligação forte com o campo.

Salienta-se que o MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) contribuiu muito para o fortalecimento dessa identidade camponesa. Os próprios entrevistados relataram sobre essa contribuição no decorrer do diálogo.

Assim, eles esperam futuramente voltar e atuar profissionalmente na comunidade, contribuindo para o crescimento do assentamento, no que diz respeito à economia, ao trabalho na terra e na construção de uma sociedade mais justa.

Considerações finais

A pesquisa objetivou primordialmente compreender o porquê dos jovens saírem ou permanecerem no campo. Pois, verificou-se ao longo da história do assentamento que os jovens têm uma rotina de idas e vindas, por exemplo, passam um tempo na cidade e outro tempo com a família no assentamento. Também se observou que alguns, após completarem o ciclo estudantil que é a formação superior, voltaram como profissionais atuantes em algumas áreas de formação.

Percebemos que 90% da juventude campesina continuam com essa rotatividade que é um dos fatores que os levam ao fracasso escolar.

Notou-se através das entrevistas que estes sujeitos possuem sonhos e buscam a sua realização no trabalho e estudo. Nesta vida itinerante acabam constituindo família e retornam para o sítio, vivendo com os pais. Assim, retornando com mulher/marido e filhos e o número de pessoas na parcela aumenta, mas a vida e as condições financeiras continuam as mesmas.

Tendo em vista toda a problemática do campo, viu-se necessário a proposta de um projeto que visa melhorar a qualidade de vida desses sujeitos, em suas vivências, mostrando-lhes e oferecendo-lhes a oportunidade de receber suporte necessário para o crescimento dentro do ambiente onde estão inseridos.

Verificamos que os entrevistados gostam da vida no/do campo, se pudessem não saíam do campo, se houvesse oportunidades de formação profissional, qualidade de vida, ou seja, investimentos na agricultura familiar, saúde, infraestrutura para a vida ser de qualidade – e não sairiam do ramo profissional dos pais que é a agricultura. A maioria nasceu no campo, outros foram ainda na infância morar na comunidade e admiram as formas de vida existentes ali: os animais, as plantas, trabalho na terra, entre outras coisas que o campo pode oferecer.

Referências

BARBOSA, Frederico. Os jovens brasileiros e as suas práticas culturais: entre universalismo e singularidades. In SILVA, Enid Rocha Andrade da e BOTELHO, Rosana Ulhôa. *Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas*. Brasília: IPEA/SNJ, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dimensoes_miolo_cap08.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2017.

BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sari Knopp. *Qualitative Research for Education*. Boston: Allyn and Bacon Inc., 1982.

GRISA, Catia e SCHNEIDER, Sergio (orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001. 256 p.

Processo de Avaliação por Pares: *Blind Review*

Publicado na Revista Vozes dos Vales - www.ufvjm.edu.br/vozes em: 05/2019

Revista Científica Vozes dos Vales - UFVJM - Minas Gerais - Brasil

www.ufvjm.edu.br/vozes

www.facebook.com/revistavozesdosvales

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424

Periódico Científico Eletrônico Multidisciplinar - UFVJM